

CONGRESSO

2
Defesa de Jader vai ao STF para barrar processo

Mandado de segurança visa a impedir que Conselho de Ética vote relatório que propõe cassação de mandato por desvios no Banpará

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – Os advogados do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) entraram ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança contra a votação, pelo Conselho de Ética e Decoro do Senado, do relatório em que é recomendada a abertura de processo de cassação contra ele. A reunião do conselho está marcada para amanhã e a expectativa no STF é de que o relator do mandado, ministro Maurício Corrêa, tome uma posição ainda hoje sobre o pedido de liminar feito pela defesa do senador.

Além de requerer a suspensão em caráter emergencial da votação no conselho, os advogados solicitam que o Supremo proíba de forma definitiva a avaliação do relatório elaborado pelos senadores Romeno Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM). Jader disse que recorreu ao STF porque não teve a oportunidade de se defender publicamente da acusação de ter sido beneficiado com recursos desviados do Banco do Estado do Pará (Banpará). “Parece que estão com medo de me ouvir”, afirmou, referindo-se ao Conselho de Ética.

Tuma e Péres integraram a comissão encarregada pelo conselho de fazer uma investigação preliminar das denúncias contra Jader, como a de envolvimento nos desvios do Banpará. “O relatório apresentado pela tal ‘comissão de inquérito’ extrapolou todos os limites constitucional e legalmente impostos”, alegam os advogados, na representação enviada ao STF.

Discurso – O relatório da comissão investigativa afirma que Jader teria faltado com o decoro parlamentar ao mentir em discurso feito em junho no plenário do Senado. Na ocasião, ele afirmou que o Banco Central não apontara indícios ou provas que pudessem indicá-lo no caso Banpará.

Na representação, os advogados Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga argumentam que o Legislativo quer assumir atribuições que são típicas do Judiciário. Segundo eles, os senadores teriam de verificar

apenas se Jader mentiu no discurso e não se o parlamentar participou ou não dos desvios de recursos do Banpará. “Para ter certeza de que o senador mentiu, é preciso saber primeiramente se ele participou das irregularidades. Para isso, os senadores têm de aguardar a decisão do Judiciário”, disse Alvarenga ao *Estado*.

“Não compete ao Poder Legislativo afirmar com certeza sobre participação do senador Jader Barbalho em fatos que estão sendo apurados na sede própria e única competente para afirmá-lo: o Judiciário”, alega a representação. Para tentar provar a usurpação de uma função típica da Justiça, os advogados lembraram que, no discurso, Jader observou que o parecer do BC o isentara de qualquer responsabilidade no caso Banpará. “Não entrou ele no mérito acerca de sua efetiva ou não participação nos fatos”, registra o texto.

Inquérito – Numa tentativa de convencer os ministros do STF de que não compete aos senadores decidir se Jader participou ou não dos desvios de recursos do Banpará, os advogados lembraram que já existe um inquérito no Supremo para apurar

o suposto envolvimento do senador nas irregularidades. A defesa afirma ainda que somente será possível falar em efetiva participação do senador no caso após a “distante e remota hipótese” de, ao fim do processo judicial, ser reconhecido o envolvimento de Jader nos desvios de recursos.

“Antes disso, falar assim é exercício devidência, quiromancia, adivinhação, percepção através de sentidos incomuns à esmagadora maioria dos mortais”, concluíram os advogados no mandado de segurança. Se o tribunal conceder a liminar, a votação do relatório pelo Conselho de Ética estará suspensa até que seja julgado o mérito da ação, o que pode demorar bastante. Além disso, o conselho ainda aguarda pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, que poderá decidir hoje se, antes da votação do parecer que recomenda o processo de cassação, Jader terá direito a apresentar o que ele define como “ampla defesa”. (Colaborou Rosa Costa)

Ed Ferreira/AE



Jader defende ação no Supremo: “Parece que estão com medo de me ouvir. O processo está capenga”